

A UNICAMP respeita os direitos humanos?

Profa. Néri de Barros Almeida

Laura de Freitas Naves, RA: 200951

A declaração universal dos direitos humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, foi formulada como resposta às diversas violações da dignidade humana ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. Há alguns meses de seu aniversário de 71 anos, o documento considerado até então elementar na elaboração de leis e políticas públicas dos Estados, vem sofrendo diversos ataques e questionamentos, rompendo os princípios de universalidade, essencialidade, indivisibilidade, imprescritibilidade e inviolabilidade próprios de sua constituição.

Em meio a tal crise, visivelmente acentuada no presente contexto político brasileiro, se torna, mais do que nunca, essencial a reflexão acerca de seu cumprimento em uma instituição tal qual a Universidade pública, grande valorizadora da ciência e dos princípios fundamentalmente iluministas que nortearam a elaboração de tal declaração.

A UNICAMP, universidade de grande destaque nacional e internacionalmente, somente criou sua Diretoria Executiva de Direitos Humanos em março deste ano, atendendo demandas das comunidades interna e externa, englobando diversas pautas relativas à acessibilidade, inclusão, liberdade de expressão (política, religiosa, cultural, sexual); combate ao assédio (sexual e moral), à violência, ao racismo e ao preconceito; apoio à saúde física e mental; direito à justiça, educação, nacionalidade, trabalho, locomoção, residência, segurança social, cultura, representatividade política, ordem internacional e sustentabilidade ambiental.

Porém, para além da reflexão acerca do papel dos direitos humanos e elaboração de comissões e diretorias, é necessário questionar como se respeitam os direitos humanos em uma instituição vasta e plural como a universidade, composta de indivíduos extremamente diversos entre si. Para que tal adesão se dê de forma plena, é necessário um movimento dos sujeitos e coletividades, praticando a autocrítica, a empatia, a tolerância e a democracia na instituição.

Os desafios encontrados rumo a tais diretrizes passa pela construção de mecanismos de equidade, desenvolvimento de culturas mais produtivas na resolução de conflitos, rigor na aplicação de normas, revisão de procedimentos e padrões, obtenção de estatísticas a respeito das violações de direitos sofridas pela comunidade etc. No cenário atual, a medida imediata mais importante nesta lista, talvez seja o desenvolvimento eficaz de processos educativos voltados para todos os segmentos, conscientizando os diversos setores da universidade sobre as pautas trabalhadas na Diretoria Executiva, já que em grande parte dos casos o preconceito provém de ignorâncias fortemente enraizadas social e culturalmente.

Por fim, a criação da Diretoria Executiva e suas comissões, mesmo que consideravelmente tardia, é de suma importância para que a UNICAMP atinja seus objetivos como promotora de reflexões e formadora de profissionais conscientes e preocupados com as demandas sociais do século XXI.